

**ATA Nº 06/2020 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO/SC.**

Aos doze (12) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte (2020), numa quarta-feira, reuniram-se seus membros de forma remota, por reunião previamente agendada no aplicativo software para videoconferência Zoom, participando os seguintes representantes: Cariny Elisabety Mendes Figueiredo representante da Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos do Vale do Rio Tubarão - AREATB, Vítor César Paris representante da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Urbano, Mário José da Silva representante da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, Níkolos Ricardo Platchek Calomeno representante Consórcio Saneamento Capivari, Josiane Aparecida Antunes da Silva e Ellen Marques representante da Secretaria Municipal de Saúde, Renata Porto Moraes representante da Secretaria Municipal de Obras, Viação, Trânsito e Meio Ambiente, Sinara Amélia Garcia representante da Procuradoria Geral do Município - PGM, Leonir Roque Funez representante Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC - EPAGRI, Robson Maximiano Machado representante da Polícia Militar do município, Edvan Borba Rodrigues representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL. Havendo quórum para a realização da presente reunião, nos termos do § 1º do art. 13 de regimento interno, com a presença de 9 representantes (§ 4º do citado art. 13) ou seja, a maioria absoluta, a reunião inicia-se com a leitura da ata da reunião anterior submetida a aprovação (§ 5º do art.13), sendo aprovada mas aprazando-se para assinatura para data subsequente quando houver reunião presencial. A presente reunião tem como pauta a inicial a informação aos conselheiros sobre a alteração no decreto com o número de participantes conforme proposto pelo Conselho, a presidente Cariny ainda lembrou que as instituições que saíram, poderão se assim desejarem, vir a contribuir futuramente com alguma pauta do Conselho. Sinara lembrou que houveram novos nomes para representar as instituições no Conselho e que outros nomes foram mantidos, e que precisávamos verificar a questão dos dois anos que cada membro pode permanecer no conselho. Cariny lembrou que ficam dois anos podendo ser prorrogado por mais dois se a instituição desejar. Dando continuidade a pauta, diante da alteração na sigla do Conselho, Cariny lembrou das 6 (seis)

35 logomarcas doadas ao Conselho para apreciação. Renata questionou sobre
36 direitos autorais e perguntou se foram doados, sendo confirmado pela
37 Presidente. Dessa forma Leonir sugeriu que fossem enviadas as logomarcas aos
38 conselheiros no decorrer da semana, para que fizessem sua escolha e depois
39 discuti-las na próxima reunião. Seguindo a pauta, a Presidente lembrou que a
40 Câmara de Vereadores ao votar a alteração do nome, cobrou o Fundo do Meio
41 Ambiente e lembrou que ainda não tivemos retorno dos ofícios protocolados
42 nesse sentido. Vitor falou que depende da contabilidade para a abertura do
43 Fundo, explanou ainda que deveríamos trabalhar para colocar na lei
44 orçamentária 2021. Sinara ainda falou na LDO e na lei orçamentária. Vitor
45 lembrou que tivemos restrições orçamentárias por conta da pandemia e que
46 esse ano acredita que não poderia ser criado o Fundo. A Sinara falou sobre o
47 Departamento de Meio Ambiente que existe apenas no papel, e que não
48 devemos tratar apenas do Fundo isoladamente, mas também da Gestão. Vitor
49 ainda lembrou que quando definida as chapas concorrentes para a próxima
50 eleição que o Conselho os chame para explicar sobre as necessidades do
51 Conselho, e hoje estamos em fim de mandato e ai não teríamos retorno, mas
52 manter força que o Fundo fique no orçamento. Renata ainda perguntou já que o
53 fundo existe na lei o que falta é operacionalizar? Vitor disse que essa é uma das
54 coisas e a outra é ter a rubrica do orçamento que não temos hoje e para alterar
55 um orçamento que já foi aprovado é mais complicado, então é mais atrelado
56 uma rubrica para o fundo e em outro instante criar o gestor do fundo e a PJ do
57 fundo, mas o principal é garantir as receitas e despesas do fundo estejam na lei.
58 A Sinara lembrou que foi conversado para onde deveria estar atrelado os
59 recursos do Fundo e que deveria ser na Secretaria Municipal de Obras, Viação,
60 Trânsito e Meio Ambiente onde o Departamento de Meio Ambiente está
61 vinculado. Sinara também lembrou que não necessita de uma Secretaria de
62 Meio Ambiente que é possível ser um Departamento. Dando seguimento a pauta
63 sobre a legislação das árvores, foi criado o grupo de estudo e pedimos para
64 saber em que ponto está para não cair no esquecimento, e a Sinara lembrou que
65 o requerimento seria o número 1 e passou a ser o terceiro, e que já havia feito
66 uma redação inicial e que o grupo por conta da pandemia não teve tempo de
67 avaliar, pois deveria ser feito em grupo e até o momento ela teria apenas aquilo
68 que fez de forma isolada. Sinara lembrou que está estudando as leis e que não

69 concluiu o trabalho ainda, Cariny ainda perguntou se outros conselheiros
70 poderiam contribuir e auxiliar a Sinara nesse requerimento. Renata ainda
71 lembrou que cabe uma discussão mais tranquila sobre o tema ate porque
72 teríamos que conversar com o Núcleo Gestor do Plano Diretor e Código de
73 Posturas e que o mesmo não foi revisado ate porque o município não faz a
74 gestão florestal. Cariny lembrou que nada impedia de fazer os dois ao mesmo
75 tempo, e poderiam estar andando em paralelo. O Outro tema tratado foi a
76 publicação do município em rede social oficial sobre uma canalização no
77 comunidade Camila. Cariny lembrou a preocupação da canalização de corpo
78 hídrico sem licença, e perguntou se alguém tem conhecimento a respeito por
79 conta de problemas de canalização sem licenciamento é um problema que aflige
80 diversos municípios e que causam consequências a população, pois o córrego
81 canalizado causa dupla interpretação sobre se é ou não APP e sem o córrego
82 aparente a comunidade acaba se desenvolvendo no local . Renata informou que
83 soube pelo Conselho da canalização e que nada passou por ela quanto a esse
84 assunto. NiKolas informou que isso não passa pelo Consórcio e que as ligações
85 eles não tem problema. Vitor informou que a drenagem pluvial no Camila, a
86 Secretaria de Obras fez apenas a locação de equipamentos e tubos que a
87 Secretaria de Planejamento é quem tem conhecimento, o que sabe é se tratar
88 de questão de saneamento básico e que a tubulação foi feita por questões
89 sanitárias que lá é uma área consolidada e sugeriu solicitar a prefeitura os
90 projetos e demais documentos quanto a obra. Concluindo foi então informado o
91 recebimento do retorno por parte do ministério publico com o número do
92 processo sobre a sulquímica. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Cariny
93 Figueiredo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão que
94 foi lavrada, e vai assinada por mim e demais presentes.